

Problemas para visualizar a mensagem? [Acesse este link.](#)



 Informativo eletrônico

Ano III | Nº. 177 | Sexta-feira, 13 de novembro de 2020



Olá! Neste novembro da **Consciência Negra**, o **CEJUR** e a **COOPERA** reuniram sugestões de leitura, notícias e dicas culturais que buscam estimular a reflexão e conscientização sobre o racismo e o necessário compromisso de toda a sociedade no seu enfrentamento. No atual contexto, em que a crise das democracias contemporâneas se soma a uma pandemia cujas consequências são comparadas por muitos analistas às grandes guerras do século XX, a articulação das lutas por direitos da população negra em todo o mundo ocupa um papel chave na superação da difícil conjuntura que vivemos. Desejamos que as ideias e valores recolhidos da cultura política construída na resistência negra ao longo de séculos seja fonte de inspiração para que possamos prosseguir nessa jornada contra as desigualdades e em prol da plena cidadania de todas as pessoas!

INTERNAS

A COOPERA preparou uma programação especial de eventos para o mês de novembro, confira:

MÊS DA CONSCIÊNCIA NEGRA



Confira a programação especial preparada pela COOPERA para o mês da Consciência Negra: eventos e cursos dedicados à agenda antirracista e ainda a publicação do Boletim Especial do CEJUR ao longo desta semana. **Fique de olho!**

13/11 | 14H

Curso de capacitação sobre preenchimento do quesito raça/cor no Sistema Verde

18/11 | 10H30

Curso de Formação em Relações Étnico-Raciais - Início da turma 4

19/11 | 18H

Evento Independência Funcional e o combate às desigualdades estruturais: caminhos de diálogo

26/11 | 14H

Evento Mesa Quilombola

27/11 | 14H

Lançamento do Grupo de Trabalho de Monitoramento das Políticas Institucionais de Promoção da Equidade Racial



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

COOPERA
Coordenação de Promoção
da Equidade Racial

CEJUR
Centro de Estudos Jurídicos
Defensoria Pública - RJ



Fesudeperj
Fundação Escola Superior da Defensoria
Pública do Estado do Rio de Janeiro

CONSCIÊNCIA NEGRA: POR QUÊ LEMBRAR?

O Dia Nacional da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro, foi incluído no calendário escolar nacional em 2003, pela Lei n.º 10.639/2003, que também instituiu a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileiras no currículo da rede oficial de ensino. Já em 2011, a Lei n.º 12.519 transformou a data no **Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra**, já que o movimento negro brasileiro reputa o 20 de novembro como data que marca o falecimento do líder negro Zumbi dos Palmares.

Desde o ano de 1978, o mês de novembro tem um significado especial para a resistência contra o racismo, uma vez que o feriado oficial do dia 13 de maio, dedicado a comemorar a edição da Lei Áurea (03/05/1888), é tido como uma “farsa” pelas lideranças negras. Considerando-se a absoluta ausência de medidas de reparação às pessoas escravizadas após a abolição formal da escravidão e tendo em vista ainda a persistência dos mecanismos de hierarquização racial em todas as esferas da nossa sociedade e na própria estrutura do Estado, o 20 de novembro foi escolhido como contraponto para o resgate da memória daqueles que lutaram contra a escravidão e contra o racismo.

Todavia, dos 5.570 municípios brasileiros, menos de 15% consideram a data como feriado.

Leia mais em:

<https://almapreta.com/editorias/realidade/por-que-20-de-novembro-e-o-dia-da-consciencia-negra>

<https://www.geledes.org.br/movimento-negro-unificado-militao/>

<https://almapreta.com/editorias/realidade/onde-e-feriado-no-dia-20-de-novembro-confira-a-lista>

ACONTECEU

Organização de mulheres negras CRIOLA lançou no último dia 10 de novembro a publicação Dinâmicas de reprodução e enfrentamento ao racismo institucional na Defensoria Pública



“A publicação, resultado da parceria do Fórum Justiça com a CRIOLA, oferece um panorama geral sobre como as Defensorias Públicas dos Estados se estruturam para o enfrentamento ao racismo e reconhecimento da desigualdade racial.

Com produção de dados, reflexão conceitual estratégica, realização de reuniões, publicações e eventos, bem como intervenções in loco, ao longo desta pesquisa promoveram-se ações dedicadas à

luta contra a desigualdade racial no sistema de justiça. Esta publicação constitui-se em um diagnóstico acerca da estruturação e da atuação institucional das Defensorias Públicas dos Estados no combate ao racismo e no reconhecimento da desigualdade racial. Foi produzida informação acerca da composição e atuação desta instituição, em especial a produção de dados quantitativos e qualitativos gerais acerca da sua atuação e funcionamento face às dinâmicas de racismo institucional.”

[Leia mais](#) ou confira [aqui](#) a íntegra do documento

Organização Raça & Igualdade lançou aos 05 de novembro o dossiê Qual é a cor do invisível? A situação de direitos humanos da população LGBTI negra no Brasil

“O Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos (doravante Raça e Igualdade) realizou esta investigação motivado pelas violações de direitos humanos enfrentadas pela população LGBTI afrodescendente no Brasil, especialmente a população trans. Essas violações, em muitos casos, terminam com a morte de pessoas LGBTI e são motivadas por terem uma orientação sexual, identidade de gênero e/ou expressão de gênero que rompe com a cis-heteronormatividade. (...)

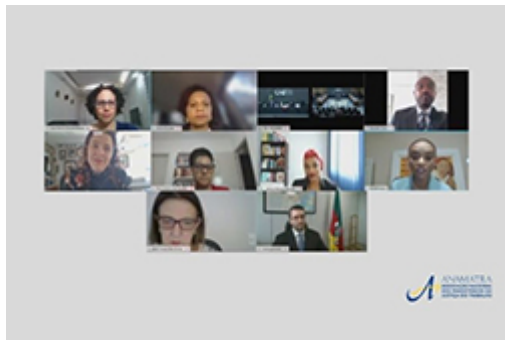
A investigação foi feita a partir de uma perspectiva interseccional, adotando a raça não como um mero objeto de estudo, mas sim como uma lente que permitisse observar determinadas dinâmicas hierárquicas que afetam negativamente as pessoas negras com orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero e características sexuais não normativas. (...)



É urgente racializar as discussões sobre as pessoas LGBTI. As discussões sobre racismo e pessoas negras não podem ser vistas como um problema exclusivo do movimento negro, assim como as discussões sobre orientação sexual e identidade de gênero não podem ser atribuídas a uma pauta exclusiva do movimento LGBTI. Adotar esses posicionamentos invisibiliza a população LGBTI negra e faz perpetuar uma rede de privilégios para alguns e desvantagens para outros.

[Clique aqui](#) e confira a versão completa da publicação

CNJ cria Grupo de Trabalho sobre questão racial e primeiro Relatório de atividade Igualdade Racial no Judiciário



A Portaria CNJ n.º 108 de 08 de julho de 2020 instituiu o Grupo de Trabalho destinado à elaboração de estudos e indicação de soluções com vistas à formulação de políticas judiciárias sobre a igualdade racial no âmbito do Poder Judiciário.

Já em outubro de 2020, o grupo de trabalho apresentou à Presidência do CNJ seu primeiro relatório de atividades, com propostas de diagnósticos, formações e ações destinadas a

promover a igualdade racial no âmbito do Judiciário.

“Entre as propostas contidas no relatório, apresentadas pela juíza Karen Luise Pinheiro, estão a realização de pesquisa que possibilite compreender de que forma o racismo se manifesta no âmbito do Poder Judiciário, bem como a elaboração de curso a ser executado pelo CeaJud/CNJ para formação sobre questões raciais destinado às Assessorias de Comunicação Social dos Tribunais. O colegiado também propõe a atualização de dispositivos da Resolução CNJ n. 75/2009, que dispõe sobre concurso público para ingresso na carreira da magistratura em todos os ramos do Poder Judiciário nacional. A comissão aponta como um de seus objetivos, efetividade à Resolução CNJ nº 203/2015, que dispõe sobre a reserva aos negros, no âmbito do Poder Judiciário, de 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e de ingresso na magistratura. (...)

O presidente do CNJ, ministro Luís Fux, parabenizou o relevante trabalho desenvolvido pelo GT, e, segundo ele, o relatório atestou, de maneira inequívoca, que há uma sub-representatividade na estrutura do Poder Judiciário em relação aos acadêmicos e profissionais afrodescendentes.”

(Fonte: <https://www.anamatra.org.br/imprensa/noticias/30431-gt-sobre-igualdade-racial-no-poder-judiciario-apresenta-relatorio-de-atividades-em-sessao-do-cnj>)

Veja a [íntegra da Portaria](#) e o [Relatório Igualdade Racial no Judiciário](#)

Defensorias pedem habilitação como amici curiae na ação civil pública movida contra a Magazine Luiza

A Defensoria Pública do Rio de Janeiro (DPRJ), junto à Defensoria Pública de São Paulo e mais sete Defensorias de outros estados, solicitou na justiça a participação na forma de amicus curiae na ação civil pública que questiona iniciativa da Magazine Luiza. A liminar proposta pelo defensor público federal Jovino Bento Junior (Defensoria Pública da União), na Justiça do Trabalho, pede a suspensão do programa de trainees voltado para candidatos negros e negras

criado pela empresa, alegando que a iniciativa é segregacionista e não configura ação afirmativa.

A liminar solicitada sustenta que o programa de trainee, por não se tratar de programa de cotas raciais, não representa ação afirmativa e, caso seja realizado, configurará discriminação em desfavor de trabalhadores não negros. Na visão das Defensorias estaduais, o processo seletivo constitui sim uma modalidade de ação afirmativa, visto que o Magazine Luiza reconhece uma situação de desigualdade em seus quadros, já que trabalhadores negros estão subrepresentados na empresa.

Além das Defensorias do Rio de Janeiro e de São Paulo, participam da petição as Defensorias do Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Goiás, Pará, Sergipe, Paraíba e Bahia.

[Leia a matéria na íntegra](#) e Confira a [petição apresentada](#)



Corte Interamericana de Direitos Humanos condena Argentina por abordagem policial discriminatória



No exame do caso, a Corte concluiu que a abordagem e busca realizadas no automóvel em que trafegava o senhor Carlos Alberto Fernández Prieto, por parte da Polícia da Província de Buenos Aires, e a detenção do senhor Carlos Alejandro Tumbeiro, com finalidade de identificação e busca corporal, por parte da Polícia Federal Argentina, não cumpriram com o standard da legalidade, foram arbitrárias e constituíram ingerência indevida na vida privada das vítimas. No mesmo

sentido, a corte fixou a inconveniência de diversas normas autorizadas da detenção sem ordem judicial na ordem jurídica argentina, assim como estabeleceu como uma prática inconveniente a aplicação das referidas normas na época dos fatos. O tribunal concluiu que a detenção do senhor Tumbeiro foi ainda discriminatória e violadora do direito à igualdade perante a lei. Adicionalmente, a Corte declarou a violação dos direitos às garantias judiciais e à proteção judicial ocorridas pela falta de controle judicial adequado nas diversas instâncias judiciais durante o processo penal movido contra as vítimas.

A forma genérica e imprecisa com a qual a legislação aplicável contemplava a detenção de uma pessoa sem ordem judicial prévia, segundo a Corte, permitiria que uma mera “suspeita” da autoridade fosse suficiente para realizar buscas ou prender uma pessoa. Dessa forma, considerou-se que os termos empregados pela legislação argentina, em sua abstração, abririam as portas à discricionariedade, o que representaria violação aos artigos 7.1 e 7.2 da CADH, em cotejo com o artigo 2 do mesmo instrumento.

Em especial as razões que motivaram a detenção do senhor Tumbeiro, tido como “em atitude suspeita” pelos agentes públicos, foram consideradas pela Corte como razões baseadas em preconceitos e estereótipos dos policiais. A Corte manifestou que o uso de estereótipos impõe uma presunção de culpabilidade sobre toda e qualquer pessoa que se encaixe nos mesmos. Por isso, recordou que as detenções realizadas por razões discriminatórias são arbitrárias.

Vale dizer que, em junho de 2020, a organização brasileira IDDD (Instituto de Defesa do Direito de Defesa) fora admitida como amigo da corte no julgamento. Na ocasião o IDDD apresentou informações sobre o contexto brasileiro e insistiu na necessidade de limites para o conceito de

“fundada suspeita”, que hoje é carta branca para abordagens discriminatórias do ponto de vista racial.

Leia a [Íntegra da sentença](#) e a [Petição do IDDD](#)

Discurso do presidente eleito dos EUA Joe Biden destaca o racismo sistêmico existente no país

Na manhã de sábado, 07/11/2020, foi confirmada a vitória do candidato Joe Biden nas eleições presidenciais nos EUA.

O presidente eleito ressaltou em seu primeiro pronunciamento oficial como presidente eleito que vai lutar para acabar com o racismo sistêmico que existe no país, ponto também destacado por sua vice, Kamala Harris, em pronunciamento minutos antes.

Harris é a primeira mulher, negra e descendente de indianos a ocupar o cargo de vice-presidente.

Leia a [matéria na íntegra](#)



Roda Viva entrevistou nesta segunda-feira a filósofa e expoente do pensamento negro brasileiro Djamila Ribeiro



A entrevista completa pode ser encontrada no Youtube:

<https://www.youtube.com/watch?v=jn1AtnzTqI8>

ESPECIAL APROFUNDANDO CONHECIMENTOS SOBRE AS RELAÇÕES RACIAIS

Série VOZ

Em julho de 2020, o jornal JOTA inaugurou a série “Voz”, uma série de artigos com juristas renomados dedicada a discutir questões relacionadas à raça e direito. O projeto, organizado por Adriana Cruz e Wallace Corbo, teve a duração de 11 semanas e buscou propor um debate qualificado sobre o tema. Clique [aqui](#) e leia na íntegra

Negro correndo é ladrão?

No artigo, de autoria de Dennis Pacheco (Cientista em humanidades pela UFABC e pesquisador do Fórum Brasileiro de Segurança Pública) e Rafael Alcadiyani (Professor da FGV-EAESP e membro do

Fórum Brasileiro de Segurança Pública), abordam-se as manifestações do racismo presentes nas práticas das polícias brasileiras. Clique [aqui](#) e leia na íntegra

Pensando como um negro: ensaio de hermenêutica jurídica

O autor, Adilson José Moreira, é Master of Laws pela Faculdade de Direito de Harvard (2005). Doutor em Direito Constitucional Comparado pela Universidade de Harvard (2013). Doutor em Direito Constitucional pela UFMG (2007). Pesquisador Visitante na Faculdade de Direito da Universidade de Yale (2002 - 2003). Professor Universitário em São Paulo.

"Por meio de um estudo integrado entre narrativas pessoais e análises teóricas, este livro revela a importância do pertencimento social na hermenêutica jurídica. Nele se aborda um tema ausente nas reflexões sobre hermenêutica no nosso país: o papel da raça no processo de interpretação jurídica. A relevância desse tópico decorre do seu lugar central na discussão sobre a legalidade de medidas de inclusão racial e também dos debates sobre as disparidades de tratamento entre grupos raciais no sistema penal. Afirma-se, com grande eloquência, a necessidade de considerarmos a experiência de minorias raciais como parâmetro normativo para a análise do princípio da igualdade, um requisito para o alcance da justiça racial na nossa sociedade." Confira na íntegra os debates do evento de lançamento: https://www.youtube.com/watch?v=x4l2X3pCMgc&ab_channel=TaperaTaper%C3%A1

Pequeno manual antirracista



Durante o mês de junho de 2020 a escritora e filósofa Djamilia Ribeiro anunciou em suas redes que seu Pequeno Manual Antirracista fora a obra de não ficção mais vendida do país. No livro, a autora trata sobre dez breves lições para compreender e combater o racismo.

Mulheres quilombolas: Territórios de existências negras femininas

Com artigos inéditos, mulheres quilombolas lançaram no último mês de outubro o livro Mulheres quilombolas: Territórios de existências negras femininas com o Selo Sueli Carneiro. As autoras, nascidas e crescidas em comunidades quilombolas, compartilham saberes, vivências e resistências de uma luta que dura décadas.



Por um feminismo afrolatinoamericano

Também em outubro de 2020, a Editora Zahar lançou a obra Por um feminismo afrolatinoamericano, em que foram reunidos ensaios, artigos e entrevistas de Lélia González, autora homenageada pela



Flup em 2020.

Racismo Estrutural e outras indicações, por Silvio

Almeida

Autor do livro Racismo Estrutural, o professor e jurista Silvio Almeida foi o convidado do tradicional programa Roda Viva em 22 de junho de 2020. Durante a entrevista, o professor fez menção a diversos autores fundamentais para compreender o fenômeno do racismo. Veja alguns destaques que listamos a seguir, a partir da seleção da TV Cultura:



- **“Armadilha da Identidade: raça e classe nos dias de hoje”** – Asad Haider – com base na luta contra o racismo nos Estados Unidos, o autor apresenta teóricos revolucionários negros e ativistas, como Malcom X e Panteras Negras, para falar sobre a importância de coletividade e solidariedade na luta contra uma estrutura social opressora.
- **“Necropolítica”** – Achille Mbembe – O poder da morte adaptada pelo Estado. Neste livro, o autor propõe a noção de necropolítica e necropoder para explicar, dentro do mundo contemporâneo, o uso de armas de fogo como objetivo de destruir pessoas e criar novas formas de existência social. Além de mostrar como o necropoder “embaralha as fronteiras” entre resistência e suicídio, sacrifício e redenção, mártir e liberdade.
- **“Pele Negra, Máscaras Brancas”** - Frantz Fanon. Obra de 1952, que teve a primeira publicação em português lançada em 1963. Examina a negação do racismo contra o negro na França com a ideologia que ignora a cor, abordando o pensamento da Diáspora Africana, da descolonização e do psicológico. E também a teoria das ciências, da filosofia e da literatura caribenha.
- **Lélia Gonzalez** - Alex Ratts e Flavia Rios. A obra traz uma trajetória da vida da filósofa, antropóloga, professora, escritora, intelectual e militante do movimento negro e feminista. Suas obras enfatizam o protagonismo negro, principalmente das mulheres negras, na formação sociocultural do Brasil. Entre suas principais obras estão “Festas populares no Brasil” e “Lugar de Negro”.

- **Cornel West:** Filósofo, autor, ator, ativista dos direitos humanos, professor e político, estuda raça, gênero e classe dentro da sociedade norte-americana. Escreveu diversas obras, as mais famosas traduzidas para o português são “Questão de Raça” e “O Futuro do Progressismo Americano”.
- **Milton Santos:** Geógrafo brasileiro, seus principais estudos são sobre a urbanização no terceiro mundo e a globalização. Milton Santos é autor de mais de 40 livros, como “A Urbanização Brasileira” e “Manual de Geografia Urbana”.
- **Kabengele Munanga:** Antropólogo e professor, é especialista na antropologia da população afro-brasileira e levanta questões sobre o racismo dentro dessa sociedade. Autor de obras como “Negritude: Usos e Sentidos” e “O Negro no Brasil de hoje”.
- **Alberto Guerreiro Ramos:** Sociólogo e político, estudou sobre a questão racial na sociedade brasileira. Alberto Guerreiro Ramos é autor de mais de dez livros, entre eles “Mito e Verdade da Revolução Brasileira” e “A Crise do Poder no Brasil”.
- **Abdias do Nascimento:** Ator, poeta, dramaturgo, artista plástico, professor, político e ativista dos direitos civis e humanos das populações negras no Brasil. Abdias do Nascimento foi um dos defensores da cultura e igualdade, sendo produtor de grandes projetos para inserir o negro na sociedade cultural. Além disso, é autor de obras como “O Genocídio do Negro Brasileiro” e “O Negro Revoltado”. (Fonte: https://cultura.uol.com.br/noticias/9524_livros-indicados-por-silvio-almeida-no-roda-viva.html)

AGENDA

Webinar marca lançamento do Fórum Permanente Direito e Relações Raciais da EMERJ

No próximo dia 19 de novembro, das 18h às 20h, o Webinar: Representatividade, uma questão de justiça acontecerá na EMERJ. Na ocasião serão homenageados os escritores Nei Lopes e Conceição Evaristo e a cantora Elza Soares, que será representada por sua neta, Vanessa Soares. Clique [aqui](#) e saiba mais



Virada da Consciência 2020

VI RA DA DA CONSCIÊNCIA

De 17 a 22 de novembro, na semana da Consciência Negra no Brasil, a Universidade Zumbi dos Palmares promove a Virada da Consciência 2020. O evento será promovido via digital, com mesas de debates sobre o racismo estrutural e protagonismo negro em diversas áreas. O evento também contempla a Flink Sampa, que este ano homenageia Ruth Guimarães e trata sobre literatura e cultura negra.

[Saiba mais](#)

Mostra Internacional do Cinema Negro chega à sua 16ª edição anual

A Mostra Internacional do Cinema Negro chega à sua 16ª edição anual, desta vez em formato online no Vimeo do MIS, e promove a exibição de curtas, médias e longas-metragens que realizam um esforço pela construção da imagem de afirmação positiva do afrodescendente e das minorias. A abertura, dia 10.11, às 19h, conta com um vídeo feito especialmente para a Mostra com uma apresentação da cantora Fabiana Cozza e de um vídeo sobre a Mostra e os homenageados desta edição, além da exibição do curta-metragem *Tem um passado no meu presente* (dir. Joel Zito Araújo, Brasil, 2017, 19'45", livre). Todos esses vídeos que compõem a abertura do Festival podem ser acessados no link do Vimeo do MIS.



De 11 a 14.11, quarta a sábado, serão exibidos quatro programas compostos por diversos curtas e médias-metragens, além de um longa, e todos ficam disponíveis no Vimeo do MIS até as 23h59 do respectivo dia. No sábado, 14.11, em parceria com o Bate-Papo de Cinema Pontos MIS, será exibido, às 16h, o recente *Vaga carne*, curta dirigido por Grace Passô e Ricardo Alves Júnior, seguido de bate-papo às 18h (no canal do MIS no YouTube). Já no domingo, 15.11, encerramento da Mostra, todos os filmes da seleção oficial ficam disponíveis durante todo o dia. [Saiba mais](#)

100% online oficinas culturais oferecem gastronomia africana, afrofuturismo e aulas de dança afro



A programação, que vai de 12 a 25 de novembro, convida o público a refletir sobre a data, com bate-papos, oficinas e workshops. [Saiba mais](#)

Colabore com o “CEJUR Notícias”

Para colaborar com o nosso informativo envie críticas, sugestões e conteúdos para cejur.dpge@gmail.com Muito importante sua participação!

**Este informativo foi produzido pelo Centro de Estudos Jurídicos da
Defensoria Pública do Rio de Janeiro**

Diretor-Geral do Cejur:
José Augusto Garcia de Sousa

Diretora de Capacitação do CEJUR:
Adriana Silva de Britto

Servidora Técnica Superior Jurídico:
Roberta Bacha de Almeida

Projeto gráfico:
Assessoria de Comunicação da DPRJ